



**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11361/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tapauá
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Davi Meneses de Oliveira (Ordenador de Despesa), Alvimir de Oliveira Maia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM 12846.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 18/2022-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tapauá. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Sr. **Alvimir de Oliveira Maia**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 27.11.2017, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Considerar revel** o Sr. **Davi Meneses de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 28.11.2017 a 31.12.2017, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.3. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tapauá, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. **Alvimir de Oliveira Maia**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 27.11.2017, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e



**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

“c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

- 10.4. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tapauá, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. **Davi Meneses de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 28.11.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Alvemir de Oliveira Maia**, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimo/antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de 01 a 17 da Fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.6. Aplicar Multa** ao Sr. **Davi Meneses de Oliveira**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 28.11.2017 a 31.12.2017, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimo/ antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 –



**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de 01 a 17 da Fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.7. Considerar em Alcance o Sr. Alvimir de Oliveira Maia**, Presidente da Câmara Municipal de Tapauá e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2017 a 27.11.2017, no montante de **R\$ 102.158,74** (cento e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos) relativos aos valores de:

**10.7.1. R\$ 94.003,74** (noventa e quatro mil, três reais e setenta e quatro centavos), devido aos gastos realizados por cada vereador de despesas com Atividades Parlamentar, conforme discriminado no Relatório da DICAMI.

**10.7.2. R\$ 7.405,00** (sete mil, quatrocentos e cinco reais), devido aos gastos realizados com pagamentos de fornecimentos de lanches no exercício, conforme discriminado no Relatório da DICAMI.

**10.7.3. R\$ 750,00** (setecentos e cinquenta reais), devido aos gastos realizados com pagamentos de fornecimentos de lanches no exercício, conforme discriminado no Relatório da DICAMI.

Tudo em consonância com o artigo 304, inciso VI, da Resolução nº.



**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Relatório/Voto, devendo o montante ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Tapauá, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

**10.8. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.8.1.** Ausência de Comprovantes relativos à receita e à despesa, referentes aos meses de janeiro a dezembro;
- 10.8.2.** Ausência de documentos referentes aos Processos de pagamentos janeiro a dezembro;
- 10.8.3.** Ausência de documentos referentes à Relação de Resto a pagar do exercício;
- 10.8.4.** Ausência do Fluxo mensal de caixa no período de janeiro a dezembro;
- 10.8.5.** Ausência das Leis de criação do Controle Interno;
- 10.8.6.** Ausência do Ato de nomeação dos membros da Comissão Permanente de Licitação e de designação de Pregoeiro;
- 10.8.7.** Ausência do encaminhamento do Cronograma de Implementação das Novas Regras Aplicadas a Contabilidade Pública em atenção à Resolução 03 de 2013 do TCE-AM;
- 10.8.8.** Ausência da Relação de precatórios se houver;
- 10.8.9.** Ausência dos Processos que tratam de aposentadorias e pensões;
- 10.8.10.** Ausência da relação dos servidores aposentados e dos beneficiários de pensão por morte concedidos;
- 10.8.11.** Ausência das guias de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias, do Imposto de Renda e FGTS;
- 10.8.12.** Ausência da relação de funcionários da Câmara em mídia, indicando cargo, data de admissão, data de nascimento, CPF e nome da mãe, separados em listas discriminadas abaixo: a) servidores efetivos; b) servidores contratados temporariamente; c) servidores comissionados; d) beneficiários de bolsas estudantis; e) conselheiros



**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- tutelares; f) estagiários, se houver;
- 10.8.13.** Ausência da Relação das obras e serviços de engenharia realizadas no exercício;
- 10.8.14.** Ausência da Relação dos bens imóveis adquiridos nos exercícios anteriores;
- 10.8.15.** Ausência da Relação dos bens imóveis adquiridos no exercício;
- 10.8.16.** Ausência da Relação de bens móveis adquiridos;
- 10.8.17.** Ausência da Relação de bens móveis adquiridos nos exercícios anteriores;
- 10.8.18.** Ausência da Relação de materiais de construção civil e de serviços de engenharia adquiridos;
- 10.8.19.** Ausência do Demonstrativo dos Recebimentos e Pagamentos independentes da Execução Orçamentária, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.20.** Ausência do Mapa demonstrativo consolidado de todos processos licitatórios realizados no exercício, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.21.** Ausência da Relação de todos os contratos/aditivos assinados no exercício, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.22.** Ausência da Declaração de apreensão de documentos, Operação Tapauá, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.23.** Ausência da Lei dos subsídios de vereadores, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.24.** Ausência da Declarações de bens dos vereadores, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.25.** Ausência da Declaração de apreensão de documentos, Operação Tapauá. - Lei dos subsídios de vereadores, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.26.** Ausência do Demonstrativo das Licitações, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.27.** Ausência dos Quantitativos de servidores, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.28.** Ausência do Balanço Geral e do Balanço Financeiro do exercício anterior, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.29.** Ausência da Nomeação da Comissão de Licitação, conforme Resolução nº. 06/2009 – TCE/AM;
- 10.8.30.** Os balancetes mensais da Câmara Municipal de Tapauá, referentes ao período de janeiro a dezembro, não foram encaminhados a esta Corte de Contas, via sistema e-Contas, contrariando a LC nº 06/1991, artigo 15, c/c o artigo





**ACÓRDÃO Nº497/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº. 13/2015;

**10.8.31.** Desatualização do Portal da Transparência, descumprindo os artigos 48, 55, § 2º, da Lei Complementar 101/2000 – LRF;

**10.8.32.** Atraso das remessas referentes ao Relatório da Gestão Fiscal, contradizendo o artigo 54, da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal);

**10.8.33.** Informar se houve concessão de aposentadorias ou pensões nos meses de novembro e dezembro, adicione cópia do ofício de encaminhamento ao TCE/AM (artigo 264 e 267, da Resolução TCE nº 04/2002);

**10.8.34.** Ausência de controles específicos de almoxarifado, não há um registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos objetos, contrariando a Lei nº 4.320/1964.

**10.9. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de Abril de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral